



A Nova Base Nacional Comum Curricular: Perspectivas da inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação no ensino da Educação Básica Brasileira

Clênya Ruth Alves Vasconcelos^a

^aPrograma de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) - Associação Plena em Rede (Educanorte), Polo Santarém/Universidade Federal do Oeste do Pará.

ARTICLE INFO

Recibido: 05 de septiembre de 2021

Aceptado: 23 de octubre de 2021

Disponível em linha: 30 de noviembre de 2021

Palabras clave: Base Nacional Comum Curricular; Tecnologias da Informação; Mundo em transformação.

Keywords: BNCC; Information and Communication Technologies; Changing world.

E-mail: ruthclenya@gmail.com

ISSN 2007-9847

© 2021 Institute of Science Education.
All rights reserved

ABSTRACT

A realidade educacional contemporânea projeta a demanda por profissionais da educação críticos e transformadores, reflexo das aceleradas mudanças sociais e políticas, das novas configurações do mundo do trabalho e das novas exigências de aprendizagem. O ritmo das transformações tecnológicas sob o estigma do cultivo de novas habilidades e competências para inserção na sociedade informacional exigidas pelo mercado de trabalho ao cenário educacional, impulsiona as reformas que estamos acompanhando no país, como a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular. Neste trabalho investigamos sobre as pretensões da BNCC sobre o uso das tecnologias no ensino nas diferentes etapas da educação básica, por meio de pesquisa bibliográfica. A orientação para o ensino a partir das referências da nova base considera a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação no conjunto de competências e habilidades da Educação Infantil ao Ensino Médio, em especial no Ensino Médio que prevê um amadurecimento das juventudes e um maior protagonismo dos mesmos no processo de letramento digital. Todas as áreas de conhecimento são tangenciadas pelas TIC de forma a familiarizar os alunos de modo crítico e refletido com esse universo de informações.

The contemporary educational reality projects the demand for critical and transformative education professionals, reflecting accelerated social and political changes, new configurations in the world of work and new learning requirements. The pace of technological transformations under the stigma of the cultivation of new skills and competencies for insertion in the informational society required by the labor market to the educational scenario, drives the reforms we are following in the country, such as the implementation of the new Common National Curriculum Base. In this work we investigate BNCC claims about the use of technologies in teaching in the different stages of basic education, through bibliographic research. The orientation for teaching based on the references of the new base considers the appropriation of Information and Communication Technologies in the set of skills and abilities from Early Childhood Education to High School, especially in high school, which provides for a maturation of youth and a greater role of their in the process of digital literacy. All areas of knowledge are tangentially by the ICT in order to familiarize students critically and reflected with this universe of information.

I. INTRODUÇÃO

Refletir sobre a escola para o século XXI tem se constituído uma temática de destaque no cenário político educacional. Os discursos políticos reiteram a necessidade de mudança do papel da escola frente as novas demandas econômicas perscrutadas pelo cenário mundial, em especial, frente ao processo de reestruturação do capital, assentido na justificativa que a formação oferecida pelas escolas não tem respondido aos indicativos das avaliações nacionais e internacionais.

A realidade educacional contemporânea projeta a demanda por profissionais da educação críticos, transformadores, competentes e habilidosos, reflexo das novas configurações do mundo do trabalho forjado em uma base de produção flexível e das novas exigências de aprendizagem, por isso envida-se no cenário educacional reformas nas políticas curriculares a serem implementadas na educação básica.

Deste modo que um dos enfoques da nova Base Nacional Comum Curricular são a apropriação da linguagem tecnológica no ensino da educação básica. Assim, este artigo através da pesquisa bibliográfica objetiva indagar sobre a abordagem refletida na nova BNCC em relação ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação no ensino nas diferentes etapas da educação básica.

A conjuntura educacional a partir da década de 1980 sofreu alterações profundas haja visto o alinhamento da política educacional do país a tendência internacional do protagonismo de organismos multilaterais como Banco Mundial orientando as ações educativas. A questão da qualidade na educação básica assume centralidade nos discursos e ações governamentais em especial a partir da década de 1990 e essas mudanças chegam no terreno das escolas refletido em novos desafios para o ensino.

A busca da qualidade na educação atravessa o processo de ensino aprendizagem, constituindo-se em pauta especialmente na nova onda de reformas que a educação vem experimentando. Discursos denunciam o anacronismo da educação aos novos tempos, e a tecnologia informacional e comunicacional vem tangenciando a necessidade de novas práticas e abordagens pedagógicas como caminho possível de minorar esse descompasso.

Importa considerar a necessidade colocada à educação de apreensão de habilidades inclinadas a apropriação de competências tecnológicas. Tal pressuposto é ratificado como competência no documento normativo Base Nacional Comum Curricular aprovado em 20 de dezembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação. A nova base constituiu-se em um documento orientador dos currículos das escolas públicas e privadas de todo o Brasil sinalizando o acolhimento de competências e habilidades alinhadas as demandas de busca de equidade e qualidade na educação básica do país. A base pressupõe o alinhamento do sistema educacional em termos de alcance de outras políticas educacionais como processo de Avaliação Nacional, Recursos Didáticos e em especial formação de professores inicial e continuada.

Entre as dez competências que amalgamam a apropriação da tecnologia como recurso didático pedagógico no processo ensino aprendizagem, duas contemplam tal demanda, que são:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 08).

O apelo a diversificação de linguagens para além da escrita e oral configura-se como uma das orientações da nova base no sentido de possibilitar aos alunos campos de experiência que explorem diferentes linguagens como a digital, como aponta acima as competências atinentes as tecnologias digitais de informação e comunicação. Sublinha-se na competência 5 a complexa tarefa imposta para a formação dos sujeitos que perpassa pelo protagonismo refletidas nos verbos compreender, utilizar e criar tecnologias, isto reflete a novas necessidades que se impõem a estruturação de padrões de relações entre ensino aprendizagem.

Libâneo (2011, p.17) situa que:

É verdade que o mundo contemporâneo – neste momento da história denominado ora de sociedade pós moderna, pós-industrial ou pós-mercantil, ora de modernidade tardia- está marcado pelos avanços na comunicação e na informática e por outras tantas transformações tecnológicas e científicas. Essas transformações intervêm nas várias esferas da vida

social, provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, afetando, também, as escolas e o exercício profissional da docência.

A crítica tecida sobre esse processo é o alinhamento a interesses deificados do mercado globalizado, que pressupõe uma formação de um sujeito polivalente, como desenvolvimento de disposições sociomotivacionais relacionadas com o trabalho: responsabilidade, iniciativa, flexibilidade de mudança de papeis e rápida adaptação a máquinas e ferramentas e formas de trabalho (LIBÂNEO, 2011, p. 24). Importa considerar que a categoria competência ganha visibilidade na educação básica conforme a base orienta, e esta assente-se em um modelo de acumulação vigente de mediação microeletrônica, nesse sentido que “estudar a categoria competência, implica em apreender as suas conexões com as bases materiais de produção, que por sua vez demandam projetos político-pedagógicos que atendam à demandas de produção material e social da existência a partir das características de cada regime de acumulação” (KUENZER, 2003, p. 46).

Kuenzer (2003) considera que as transformações que os regimes de acumulação sofreram da passagem e apropriação do Taylorismo/ Fordismo para o Toyotismo implicaram em novas demandas de formação, ao invés de profissionais rígidos, competentes nos fazeres que se repetem através da memorização, há que formar profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea (KUENZER, 2003, p. 50).

Nesse sentido, que se forja no país a necessidade de redimensionamento das práticas pedagógicas consubstanciado em reformas curriculares com forte apelo pelo uso de tecnologias no ensino. Tratando dos princípios refletidos no documento há uma orientação da base em promover nas diferentes práticas de linguagem o uso da tecnologia expresso nas habilidades como: garantir pensamento científico, crítico e tecnológico; propor uso de tecnologia de forma funcional, prática, crítica, reflexiva e ética. A integração das TIC no processo de ensino e aprendizagem tem fulcro na demanda por um novo perfil de formação que por sua vez é inscrito nos fundamentos da base onde preceitua:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2018, p.14).

Assim a base alinhada a esse contexto mais amplo define competências como atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais como prioridades, refletidos no ensino que prognostica a ampliação do repertório tecnológico dos alunos. Portanto, as velocidades das mudanças impostas pelo cenário econômico incidem sobre as expectativas que se formam sobre o ensino forjado nos espaços educacionais. Em decorrência disso, a educação assume centralidade para conduzir o processo de mudança, no entanto, protagonizar esse cenário é no mínimo ingênuo sem lhe ser assegurado as condições materiais como: formação continuada de professores de qualidade, maior investimento em políticas públicas educacionais, melhorias salariais, melhoramento das condições estruturais de prédios, recursos didáticos entre outros, que esse processo de transformação levada a ermo necessita.

II. A TECNOLOGIA NAS DIFERENTES ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A apropriação tecnológica é posta como essencialidade ao processo formativo; pensar um currículo atualmente projeta o cultivo de linguagem tecnológica nos diferentes âmbitos da vida em sociedade. Nossos alunos vivenciam esse cotidiano

nas suas relações sociais, brincadeiras, tempo livre de modo geral. À escola foi lançado o desafio com a implementação da Base Nacional Comum Curricular de trazer a linguagem tecnológica para organização curricular e seleção de conhecimentos nas diferentes disciplinas do currículo.

A Educação infantil é percebida a partir das aprendizagens essenciais que toda criança tem direito no Brasil consubstanciado nos princípios expressos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Interações e Brincadeiras- e “compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências” (BRASIL, 2017, p. 42). Na educação Infantil, considerada como fundante do processo formativo, a tecnologia vem expressa nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil, a partir da dimensão Explorar, que considera “explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia” (BRASIL, 2017, p. 37).

A inserção da tecnologia é concebida como uma dimensão de linguagem, consubstanciada nos diferentes campos de experiência. Pontua-se que os professores são postos como protagonistas nesse processo, mas há de se ponderar a necessidade de mais qualificação para os docentes. Empiricamente, percebe-se a falta do domínio da linguagem tecnológica do professorado, e pensando a forma como a base orienta que ocorra o desenvolvimento dessa habilidade na Educação Infantil, torna-se imprescindível a capacitação docente. No tocante a esse responsabilização cita-se, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BRASIL, 2017, p. 37).

O Ensino fundamental na BNCC é caracterizado como período de transição das experiências vivenciadas na educação infantil, o qual prevê novas relações com o mundo “novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos” (BRASIL, 2017, p. 58). Tal ampliação de experiências dos alunos se fundem em competências e habilidades assentidas na assunção das tecnologias como considerado no documento:

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza (BRASIL, 2017, p. 56).

Por conseguinte, no Ensino fundamental, em especial na passagem do 5º ano ao 6º ano há o indicativo da peculiaridade que essa transição traz na forma de organização do ensino, na mudança do perfil dos professores generalistas para especialistas de várias disciplinas, bem como, ligado aos aspectos emocionais dos alunos que vivem a transição da infância para adolescência. Por isso, é importante “fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação” (BRASIL, 2017, p. 58). É esta forma de compreender o processo de mudanças que pressupõe para esta fase a inserção

da cultura digital percebida como aquela que “tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas”.

Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar (BRASIL, 2017, p. 58)

Do ponto de vista dos impactos para a escola, esse processo tem forjado a formação de novos sujeitos, e é com apoio nessa trajetória que há na base uma orientação para um redimensionamento de práticas e concepções pedagógicas que incorpore formas de uso das tecnologias mais conscientes e críticas da cultura digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BRASIL, 2017, p. 58).

Vislumbrando as áreas de conhecimento que integram o ensino Fundamental como de Linguagem e suas Tecnologias, no tocante as competências específicas dessa área, as competência 2 e 6 expressam:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos (BRASIL, 2018, p. 58).

Assim, a utilização das tecnologias digitais funcionam como um suporte para ampliação das práticas de linguagem para além da cultura do “grafocentrismo”. Na disciplina de português, por exemplo, pressupõe-se a ampliação dos letramentos expressos nos diferentes eixos de integração correspondentes as diferentes práticas de linguagem, “a proposta da BNCC assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades” (BRASIL, 2017, p.64).

O eixo de produção de texto, prevê o manuseio de textos e gêneros cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos. Desta maneira, a base tematiza produções textuais que estão cada vez mais presentes na vida dos estudantes como: produzir e publicar fotos, vídeos diversos, revistas e leitura de livros digitais etc. No entanto, reitera que não se “trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais” (BRASIL, 2017, p.17).

Importa considerar que a base situa que apreender o âmbito utilitário desses textos e gêneros próprios da cultura digital não garante necessariamente levar em conta as dimensões ética, estética e política desse uso, por isso cabe a escola tratar a forma como usar esses recursos de modo responsável e refletido nas práticas pedagógicas.

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrário (BRASIL, 2018, p.134).

A tematização da tecnologia é mais evidenciada nos anos finais do ensino fundamental onde se expandem o uso das tecnologias nas práticas de linguagem, no componente Língua Portuguesa, “amplia-se o contato dos estudantes com gêneros textuais, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, em direção a novas experiências” (BRASIL, 2017, p.134).

A questão da confiabilidade da informação, da proliferação de fake news, da manipulação de fatos e opiniões tem destaque e muitas das habilidades se relacionam com a comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, com análise de sites e serviços checadores de notícias e com o exercício da curadoria, estando previsto o uso de ferramentas digitais de curadoria (BRASIL, 2017, p.134).

Cumprir destacar que o uso da tecnologia se funde ao ensino a partir das diferentes perspectivas disciplinares, no entanto é mais evidente na área de linguagens e ciência da natureza. Concernente a esta área a base se fundamenta da seguinte forma:

A sociedade contemporânea está fortemente organizada com base no desenvolvimento científico e tecnológico. Da metalurgia, que produziu ferramentas e armas, passando por máquinas e motores automatizados, até os atuais chips semicondutores, ciência e tecnologia vêm se desenvolvendo de forma integrada com os modos de vida que as diversas sociedades humanas organizaram ao longo da história (BRASIL, 2018, p. 319).

Orienta-se o letramento científico relacionado a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), sendo assim em “outras palavras, apreender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2018, p. 319). Tais interlocuções com o mundo da linguagem digital é subjetivada nas quatro competências da área que se constroem como:

Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.

Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética (BRASIL, 2017, p. 319).

Essa integração das competências converge para a concepção que é impossível pensar a educação sem o desdobramento do conhecimento sobre os múltiplos papéis da tecnologia no desenvolvimento da sociedade, no entanto a base preceitua que a medida que os avanços tecnológicos alinharam-se para a melhoria da qualidade de vida da população acentuou-se os processos de desigualdade social e degradação do meio ambiente e este é um viés que deve ser pensado e refletido pelas escolas do país.

O ensino médio no contexto da educação básica é situado pela base como um gargalo da Educação no país, entre outros fatores que explicam o cenário: “desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização curricular do Ensino Médio vigente, com excesso de componentes curriculares, e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 461).

Atualmente no cenário político alinham-se as políticas curriculares que ratificam esse posicionamento, reflexo disso é a Lei 11.345/2017 que entre outros, reforma o Ensino Médio trazendo como bojo a necessidade de redimensionar essa etapa da educação frente as novas mudanças do mundo. A base nacional comum curricular para o ensino médio traz como eixo de redimensionamento o aparelhamento deste a dinâmica social vigente marcada pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico em âmbito nacional e internacional a inserção da tecnologia.

Trata-se de reconhecer que as transformações nos contextos nacional e internacional atingem diretamente as populações jovens e, portanto, o que se demanda de sua formação para o enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais, acelerados pelas mudanças tecnológicas do mundo contemporâneo. (BRASIL, 2017, p. 467)

Considerando o perfil projetado para o Ensino Médio, constitui-se o uso das tecnologias pelas escolas como imprescindível no processo de formação das juventudes. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação já orienta essa questão nas finalidades previstas nesta etapa, como expresso no Artigo 53:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – **a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina** (BRASIL, 2017, p. 464. Grifo nosso).

A inclinação para a preparação para o mundo do trabalho é evidenciado no sentido de desenvolver competências para inserção dos jovens de modo crítico e criativo em um mundo do trabalho cada vez mais complexo. Deste modo os currículos e por consequência o ensino devem se estruturar de forma a:

explicitar que a preparação para o mundo do trabalho não está diretamente ligada à profissionalização precoce dos jovens – uma vez que eles viverão em um mundo com profissões e ocupações hoje desconhecidas, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias -, mas à abertura de possibilidades de atuação imediata, a médio e a longo prazos e para a solução de novos problemas. (BRASIL, 2017, p. 465)

Considerando essas finalidades que as escolas devem radicar os fundamentos científico-tecnológicos da produção dos saberes, promovendo, por meio da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, “a apropriação das linguagens das tecnologias digitais e a fluência em sua utilização; e a apropriação das linguagens científicas e sua utilização na comunicação e na disseminação desses conhecimentos (BRASIL, 2017, p. 466).

Portanto é notório a simbiose nas diferentes etapas da educação a orientação das novas Tecnologias da Informação e comunicação no desenho do que se pensa de formação para o país. Diluídas assim em competências e habilidades refletidas nas diferentes áreas de conhecimento. É manifesto a conexão direta, em importância e prioridade curriculares, que as novas tecnologias possuem com o sentido de uma aprendizagem contextualizada e significativa, sobretudo de vê-las também como processo e não simplesmente como produto.

IV. CONCLUSÕES

A Base Nacional Comum Curricular, vista como um conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que cada estudante brasileiro deve aprender nas diferentes etapas da Educação Básica, está prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, e na meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) e visa fomentar a qualidade da Educação Básica, do fluxo escolar e da aprendizagem.

Nessa perspectiva, pensar uma educação de qualidade hoje não permite prescindir de um processo de alfabetização tecnológica ou diz-se letramento digital. Poder servir-se das tecnologias da comunicação e informação deve ser uma competência básica a ser propiciada no conjunto do currículo escolar e de suas disciplinas. Não limitado a uma apropriação irrefletida e acrítica mas como um processo que precisa ser assimilado pelas escolas e conseqüentemente no ensino na sala de aula.

É inegável o impacto que as novas tecnologias causam na contemporaneidade, desde as relações interpessoais a produção de bens e serviços que invadem nossas casas. A informatização da sociedade, é irreversível, e a escola não pode se alijar desse processo, numa atitude contemplativa, mas ela própria precisa ser repensada e integrada neste conjunto de transformações.

A nova Base Nacional Comum Curricular vem orientando no terreno das políticas educacionais a necessidade de nossas escolas se engajarem no processo de profusão e dinamização do uso das novas tecnologias da informação e comunicação nas diferentes etapas da educação nacional. Esse viés é consubstanciado na construção de novas competências e habilidades para o mundo que vive imerso em intensas transformações tecnológicas.

Considerar o que se espera em termos de competências e habilidades para o processo formativo de nossos alunos tendo em vista a apropriação crítica das novas tecnologias nos diz muito do quanto precisamos caminhar em termos de formação inicial e continuada de professores, investimento em condições materiais das escolas, entre outros.

A constante cobrança voltada a formação de professores é crucial nesse processo de modo a levar esses profissionais a refletir e problematizar o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas, com vistas a superar a inserção utilitarista e funcional da tecnologia nesse meio. Nesse ínterim aos professores cabe a tomada de

consciência de seu papel social e do fazer pedagógico, trazendo para a sua prática tanto o novo quanto as mudanças necessárias para assimilá-lo de forma seletiva e crítica.

Por isso que a nova base enquanto documento da política nacional da educação básica prevê o alinhamento de outras políticas e ações que viabilize a efetivação da proposta como formação de professores, avaliação, elaboração de conteúdos educacionais e condições de infraestrutura.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum, <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>, 2017. Acesso em 10 de abril de 2019. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 de junho de 2016.

KUENZER, Acacia Zeneida. As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações. *Educar*, Curitiba, Especial, p. 43-69, 2003. Editora UFPR.

LIBÂNEO, José Carlos. Uma escola para novos tempos. IN: *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: MF Livros, 2008.